



Senado aprova renegociação de dívidas com a Previdência

Pedro Franco/Agência Senado



Romero Jucá (D) apresenta o relatório ao projeto oriundo da MP 589/2012; Aloysio Nunes (C) criticou excesso de temas nas MPs e defendeu regramento

Pagamento por estados e municípios será feito com retenção do repasse dos fundos de participação

Proposta de iniciativa do governo federal permite repactuar as contribuições devidas até 28 de fevereiro de 2013. Estados e municípios terão três meses para aderir e, assim, poder voltar a receber recursos. Relatório de Romero Jucá aprovado prevê anulação de multas e redução de juros à metade. A matéria vai à sanção. **3**

Genildo Mangala/Agência Senado



Cacique Damião cumprimenta a presidente da CDH, senadora Ana Rita

Índios criticam PEC da demarcação e cobram um diálogo permanente

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, lideranças indígenas denunciaram assassinatos resultantes de conflitos por todo o país e omissão do Estado em oferecer proteção.

A presidente da comissão, Ana Rita, classificou como retrocesso a proposta em análise pela Câmara dos Deputados que transfere da Funai para o Congresso o poder de decisão sobre demarcações de terras. **5**

Aprovados 7 mil cargos de servidores federais 8

Vereadores defendem manutenção de seus salários 2

Entidade quer maior proteção da safra contra efeito do clima 4

Para secretários, recursos federais na saúde são insuficientes 7



José Cruz/Agência Senado

Jarbas Vasconcelos (C) preside sessão da CRE que sabatinou Regina Maria Cordeiro Dunlop e Edgard Antonio Casciano

Indicações de diplomatas passam em comissão

Regina Maria Cordeiro Dunlop e Edgard Antonio Casciano foram aprovados respectivamente para os cargos de delegada

permanente em Genebra, na Suíça, e embaixador do Brasil na Grécia. As indicações ainda serão votadas pelo Plenário. **6**

Direitos indígenas: a Constituição reconhece



Há 25 anos, a Constituição reconhece os direitos dos índios de manter sua cultura, sua organização social e suas terras.



Paim (2º à dir.) e Cyro (3º à dir.) falam aos vereadores em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Vereadores reagem contra fim dos próprios salários

Paulo Paim intermediou o diálogo entre vereadores e Cyro Miranda, que havia proposto o fim da remuneração da vereança nas pequenas cidades

APÓS RETIRAR PROPOSTA de sua autoria que acabava com a remuneração de vereadores em municípios com até 50 mil habitantes (PEC 35/2012), Cyro Miranda (PSDB-GO) reuniu-se ontem em Brasília com vereadores de diversas partes do país. O encontro aconteceu a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

Se fosse aprovada, a proposta do senador poderia afetar 90% dos municípios. Com o pedido de retirada, no início deste mês, a PEC foi arquivada.

— Tive de usar um mote forte nessa PEC para despertar

a atenção dos vereadores. Se eles querem ter salários, vamos então debater as suas obrigações e a sua formação — disse Cyro.

Apesar de considerar a PEC um equívoco, o vereador José Vasconcelos de Luna Jr. (PT), do município de Carapebus (RJ), concordou que a provocação do senador foi “salutar”. Ele sugeriu que, em vez de iniciativas que acabem com a remuneração, deveriam ser apresentadas propostas que “premiem os vereadores, deputados e senadores capazes de provar que exercem um mandato de qualidade”.

Gilson Conzatti (PMDB), presidente da União dos Vereadores do Brasil e vereador pelo município de Iraí (RS), agradeceu a Cyro Miranda por estar aberto ao diálogo e por

ter coragem de retirar a PEC, mesmo com o apelo popular que a medida tem. Ele também agradeceu a Paulo Paim por se dispor a ajudar nas negociações com o colega.

Defendendo a atuação dos vereadores, Ismaili Donassan (PSD), presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso e vereadora pelo município de Colíder, avalia que, sem remuneração, a situação “pode se tornar um caos”, porque estimularia ainda mais a corrupção. Apesar de também considerar a PEC um erro, a vereadora elogiou Cyro Miranda por ter retirado a proposta.

— Brinquei com o senador: se for para chamar os vereadores à discussão, que seja de uma forma menos traumática — disse.

Senadores pedem mudanças em horários

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadores protestaram contra o acúmulo e o choque de horários de reuniões de comissões e subcomissões.



Pedro Franco/Agência Senado

Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu mudanças no funcionamento da Casa e defendeu projeto de resolução de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR, foto) que estabelece alternância semanal entre as

reuniões deliberativas das comissões permanentes e as sessões deliberativas do Plenário. O PRS 15/2011 admite, entretanto, a realização de sessões plenárias não deliberativas e a

possibilidade de o presidente do Senado convocar sessão deliberativa extraordinária na semana dedicada às comissões. A matéria tem Lobão Filho (PMDB-MA) como relator,

assim como o PRS 17/2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Senado Federal.

Presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB) lembrou também o PRS 41/2011, de Cyro Miranda (PSDB-GO), que altera o esquema de realização de audiências e reuniões de subcomissões e comissões temporárias. Seu relator na comissão é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

José Pimentel (PT-CE) endossou os protestos.

Autorizada doação de bens móveis do Senado

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado. Atualmente, a doação de bens da Casa é vedada, em qualquer hipótese, pelo art. 6º da Resolução 53/1997.

O texto (PRS 7/2004), proposto pela Comissão Diretora, autoriza a doação, mediante ato da própria comissão, para órgãos do poder público, entidades registradas no Conselho Nacional de Assistência Social

(CNAS) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). A doação somente poderá ser realizada após avaliação de oportunidade e conveniência, consideradas outras formas de alienação. A matéria segue para promulgação.

Também ontem, foi lido em Plenário o PRS 26/2013, que determina a cobrança



Marcos Oliveira/Agência Senado

de R\$ 8.885 mensais de cada apartamento funcional do Senado ocupado por ministros de tribunais. A proposta também fixa prazo de um ano para a devolução dos imóveis. Segundo a

Diretoria-Geral do Senado, que tem à frente Doris Peixoto (foto), dos 72 apartamentos, 21 encontram-se nessa condição. A arrecadação com a cobrança será de R\$ 2,3 milhões por ano.

Ministro da Aviação Civil defende atualização do Código de Aeronáutica

O relatório final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, aprovado semana passada, foi entregue ontem pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Produzido após 19 audiências públicas, com mais de 50 autoridades, o documento traz diagnóstico e recomendações, incluindo a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica. Essa sugestão foi apoiada pelo ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco.

O ministro se reuniu com Renan e Vital no Senado, após a entrega do relatório. Ele elogiou o trabalho da comissão e disse que o documento identifica vários problemas do sistema aéreo brasileiro.

— O relatório é de muito boa qualidade e traz sugestões concretas — afirmou

Moreira Franco.

O ministro lembrou que o código é da década de 80 e “o mundo mudou brutalmente”. Disse que antes apenas ricos voavam e agora a classe média é maioria nos voos de turismo.

Renan e Vital prometeram apoio na modernização do código, de acordo com Moreira. Ele acrescentou que há propostas no Congresso sobre o sistema aéreo e se disse esperançoso de iniciar logo um amplo debate.

— É preciso atender à evolução tecnológica e aos avanços da gestão aeroportuária.

O ministro afirmou que vê com bons olhos a desoneração do combustível de avião e ressaltou que é importante o apoio do BNDES na ampliação do sistema aeroportuário. Segundo ele, o governo pretende construir 270 aeroportos.



Jonas Pereira/Agência Senado

Em reunião com Renan (D), Moreira elogia trabalho de subcomissão do Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de debates

9h Hoje a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

DEPOIMENTOS Palestra sobre o Holocausto

10h Ciclo de palestras sobre o Holocausto, com depoimento do sobrevivente Moisés Jakobson, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

MANUAL DE COMUNICAÇÃO Conversa sobre novas normas

14h30 A Secretaria Especial de Comunicação Social apresenta o seu manual com bate-papo sobre as novas normas, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/te) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Prazo original previsto em medida provisória foi estendido. Uma vez aderido ao refinanciamento, ente federado terá certidão negativa e poderá receber recursos novos

Estados e municípios poderão renegociar dívida com a Previdência

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2013, oriundo da Medida Provisória (MP) 589/12, que permite o refinanciamento de dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com a Previdência Social. A matéria, que teve como relator Romero Jucá (PMDB-RR), será encaminhada à sanção presidencial.

De acordo com o texto aprovado na Câmara e mantido pelo Senado, poderão ser repactuadas as contribuições sociais vencidas até 28 de fevereiro de 2013. A data-limite original era 31 de outubro de 2012. Os pagamentos serão feitos com a retenção de parte do dinheiro dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), em prestações equivalentes a 1% da média mensal da receita corrente líquida. O percentual poderá ser menor se o montante a pagar puder ser dividido em 240 prestações.

Para se beneficiar do parcelamento, os governos devedores deverão aderir às regras até o último dia útil do terceiro mês seguinte ao da publicação da futura lei. Igual prazo valerá para aqueles que já tinham feito o pedido com base na versão original da MP. O relatório de Jucá também prevê a redução total das multas (pelo texto original da MP, a redução era de 60%) e de 50% dos juros de mora (antes, era de 25%).

A partir da adesão, não poderão ser retidos débitos de parcelamentos anteriores



O relator, Romero Jucá (D), conversa com Eduardo Braga (E), Gim e Clésio Andrade sobre a matéria, que vai à sanção

incluídos nas novas regras. A Fazenda Nacional deverá emitir certidão com efeito negativo para regularizar a situação dos municípios que não podem receber novos recursos devido às dívidas. Durante o período entre o pedido e a

consolidação do débito, será retido o correspondente a 0,5% da receita por meio do FPE ou FPM, a título de adiantamento.

O texto aprovado prevê as mesmas regras de parcelamento para as dívidas relativas ao Programa de Formação

do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), como prazo de adesão, limite de parcelas vencidas e redução de multas e juros. A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentarão o parcelamento.

Mais portabilidade para o financiamento imobiliário

O projeto aprovado também prevê novas regras para a transferência de financiamento imobiliário pelo mutuário de um banco a outro. A portabilidade prevista só era autorizada entre bancos oficiais. Sempre que o mutuário pedir, o banco credor deverá fornecer a outras instituições as informações sobre o crédito necessárias à transferência.

Entretanto, a instituição candidata a nova credora deverá enviar ao credor original a oferta apresentada ao mutuário.

Em cinco dias úteis, o mutuário poderá desistir da transferência ao aceitar uma contra-oferta do credor original ou manter a operação por meio da quitação do saldo pelo novo banco credor.

O texto aprovado da MP

589/12 trata ainda de três outros temas.

De acordo com o projeto, desde 1º de abril de 2013, as agências de viagens cadastradas no Ministério do Turismo não têm mais limite de R\$ 10 mil para remessa de valores a passageiros em trânsito no exterior.

O texto também determina o controle por parte dos serviços de radiodifusão sonora

e de sons e imagens para que não haja aumento de volume do áudio nos intervalos comerciais.

Nas causas sobre empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o projeto estabelece que o autor deverá separar os valores sobre os quais não há controvérsia, com a obrigação de continuar pagando os valores no prazo e na forma contratados.

Jucá: medida é compatível com condição de municípios

Como líder do PMDB, Romero Jucá (RR) comemorou a aprovação do PLV 4/2013 pelo Senado. Segundo ele, a possibilidade de parcelamento de dívidas em 240 meses ou em prestações de 1% da receita corrente líquida média da unidade federada permitirá a obtenção de novos recursos da União por parte dos estados.

— É uma repactuação compatível com a condição financeira dos municípios para arcarem com esse parcelamento, pagarem as dívidas e ficarem adimplentes com o sistema previdenciário — resumiu.

Jucá também elogiou o método de “ação rápida” para que estados e municípios se tornem adimplentes: no momento em que a prefeitura ou o estado pedir parcelamento, passará a pagar 0,5% da receita corrente líquida até que a Receita Federal consolide o débito. Outro ponto positivo da MP, na avaliação do senador, é o aumento da transparência quanto aos débitos com a Previdência Social.

Eunício pede atenção ao projeto do ICMS único



Pedro Franco/Agência Senado

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu ontem um novo pacto federativo, aconselhando atenção à discussão das propostas sobre distribuição de recursos, principalmente

o PRS 1/2013, que unifica as alíquotas do ICMS em operações interestaduais.

Eunício afirmou que o ICMS é hoje a maior fonte de receita dos estados e atrai investimentos privados.

— Haverá, mais uma vez, a luta dos estados pobres contra os estados ricos, por causa de uma reforma tributária de pedaço em pedaço, prejudicando estados mais pobres — alertou, avisando que vai lutar para que incentivos concedidos sejam mantidos.

O senador ressaltou que, em outros países federalistas, os valores repassados aos municípios representam, em média, 40% das receitas federais. No Brasil, o repasse é de 15%.

Flexa se diz preocupado com logística de transporte



Pedro Franco/Agência Senado

“A bomba-relógio da falta de investimentos em logística de transporte no país chegou ao limite. Não está prestes a estourar. Infelizmente, já estourou”, disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

— A falta de capacidade do governo para realizar os investimentos necessários tem provocado grandes atrasos em várias obras importantes de rodovias, ferrovias e portos — afirmou.

Segundo o senador, nem mesmo para a viabilização da transferência de embarques de portos do Sudeste para o Norte, que poderia resolver o problema do escoamento da produção agrícola, o governo federal tem alocado os recursos necessários. Flexa disse que a previsão de conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul no Pará em quatro anos é o dobro do tempo recomendável pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para atender a crescente demanda.

Figueiró quer debater royalties pelo uso da água



Pedro Franco/Agência Senado

O debate sobre pagamento de royalties do petróleo precisa ser estendido aos royalties dos recursos hídricos, disse ontem Ruben Figueiró (PSDB-MS). Ele informou

que o valor per capita pago a Mato Grosso do Sul em 2012 pelos recursos hídricos é de aproximadamente R\$ 13.

— Essa quantia não representa compensação adequada frente aos danos e prejuízos que as barragens produzem.

O senador afirmou que a situação dos outros estados não deve ser diferente, pois a média nacional é de R\$ 12 por habitante. Em números globais, no ano passado foram pagos R\$ 2,2 bilhões.

O senador explicou que concessionárias de energia elétrica pagam como royalties 6,75% do valor da energia produzida: 0,75% para a Agência Nacional de Águas, 2,7% para estados, 2,7% para os municípios e 0,6% para a União.

Confederação quer mais recursos para seguro no Plano Agrícola e Pecuário

Comissão debateu sugestões da CNA, como mais investimentos em armazenagem e irrigação e planos com prazo de vigência maior

AS SUGESTÕES DA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para 2013-2014 — que deve ser anunciado pelo governo no início de junho — foram debatidas em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem. Um dos objetivos é garantir R\$ 850 milhões para o seguro rural, mais do que o dobro dos recursos reservados para a safra 2012-2013, segundo a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (PSD-TO).

A CNA já discutiu as propostas com o governo, em negociação capitaneada pela ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, com participação dos titulares dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, além de representante da pasta da Fazenda. As discussões ultrapassam o novo PAP, incluindo amplo conjunto de medidas para o fortalecimento do setor agrícola.

— Aguardamos com otimismo a posição do governo, porque foi uma reunião bastante interativa. A ministra da Casa Civil comandando o processo é sinal de que a Presidência da República está vendo a importância do agronegócio brasileiro, o que nos alegra muito — comentou Kátia Abreu.

A senadora assinalou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento continua sendo o mais forte parceiro do setor. Admitiu, no entanto, que a incorporação da Casa Civil no circuito, assim como do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), abre



Kátia fala no debate, ao lado do senador Moka e das integrantes da CNA Rosemeire Santos (E) e Tânia Lyra

perspectivas para políticas mais sustentáveis.

Uma das sugestões em debate é a adoção de planos agrícolas com prazo de vigência mais prolongado, de quatro a cinco anos, em vez do modelo anual vigente. A intenção é permitir que os produtores e toda a cadeia do agronegócio possam programar as atividades com antecedência. A mudança seria gradativa, já começando pelo plano 2012-2013, com prazo de 18 meses.

Irrigação

A CNA defende ainda fortes investimentos em armazenagem e irrigação, além de um novo padrão de atuação na defesa agropecuária, mais dinheiro para pesquisa e inovação e reforço na assistência rural. Foi também sugerido um plano específico para o segmento da pecuária de leite, com o objetivo de reverter os baixos níveis de produtividade do país.

Por fim, a entidade reivindica linhas de crédito para as pequenas e médias agroindústrias, consideradas cruciais para a sustentação no negócio agrícola.

Intenção é ter 50% da safra protegida contra clima até 2015

Ainda quanto ao seguro agrícola, Kátia Abreu disse que a intenção é chegar a 2015 com 50% da safra protegida contra riscos climáticos. Para isso, o Tesou-

ro terá de aportar R\$ 2 bilhões. Como o produtor paga metade do valor do prêmio, a disponibilidade total chegaria a R\$ 4 bilhões. Para a safra 2012-2013, foram previstos R\$ 400 milhões para o seguro. Nos anos anteriores, foram apenas R\$ 250 milhões.

— Esse é o ponto fundamental da proposta — disse.

A senadora disse que os Estados Unidos protegem 86% da safra, enquanto no Brasil o nível de cobertura não passa de 7%, numa conta que inclui o Proagro, para a agricultura familiar.

A presidente da CNA enfatizou as propostas para o setor de armazenagem, predominantemente por meio de instalações particulares nas próprias fazendas, com a

oferta de linhas de crédito ao produtor. Para áreas de produção menos estruturadas, a solução indicada seriam parcerias público-privadas.

Com uma forte rede de armazenamento, disse, será aliviada a pressão sobre os portos e o produtor não será obrigado a antecipar a venda da safra, perdendo dinheiro.

O presidente da comissão, Benedito de Lira (PP-AL, foto), disse que a CRA referenda a proposta da CNA como uma iniciativa do colegiado.

Kátia criticou a política do BNDES de concentrar o crédito em operações que favorecem a concentração do mercado, como aquisições de pequenos e médios frigoríficos por “gigantes” do setor. A seu ver, isso traduz mais uma ação autônoma da instituição do que uma política de governo.

— Não podemos assistir de braços cruzados. O dinheiro é para todos — disse.



Benedito de Lira

Suplicy analisa condenação de fabricantes de suco de laranja



Eduardo Suplicy (PT-SP) discutiu ontem em Plenário a decisão do juiz Renato da Fonseca Janon, de Matão (SP), que determinou o pagamento de R\$ 400 milhões por danos morais coletivos ocasionados pela terceirização de trabalhadores na colheita da laranja.

Suplicy leu trechos de artigo de Kátia Abreu (PSD-TO). Para a senadora, “o plantio e a colheita são atividades por si mesmas, que seguem regras próprias e nada têm a ver com uma suposta terceirização de mão de obra indevida”.

Como contraponto, Suplicy apresentou mensagem de Flávio Viegas, da Associação Brasileira de Citricultores, que diz que a decisão tem raízes em medidas da indústria “para engrossar as linhas do cartel que costuraram há anos e que atingiu em cheio os produtores e os trabalhadores do setor.”

Moka comemora parceria do BNDES com cooperativas

Waldemir Moka (PMDB-MS) ocupou a tribuna ontem para saudar a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), que lançou o Cartão BNDES-Sicoob para financiamento de longo prazo voltado para pequenas e médias empresas. O parlamentar considera um sinal de reconhecimento da importância dos bancos cooperativos por parte do BNDES e do Banco Central.

— Esse é o nosso motivo de orgulho, porque desde o início eu lembro das dificuldades para que pudéssemos implantar as chamadas cooperativas de crédito — disse.

Para o senador, que é presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, a emissão do Cartão BNDES-Sicoob se soma às “inúmeras vitórias” registradas pelas cooperativas desde a época da Assembleia Nacional Constituinte.

Rolleberg parabeniza OAB-DF por pedir redução de impostos



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal por solicitar à Secretaria da Fazenda a redução do ICMS sobre produtos da cesta básica e a reinclusão de vários produtos (água sanitária, biscoito, creme dental, leite em pó, óleos comestíveis, papel higiênico e sabonete, entre outros) que foram excluídos da cesta oficial.

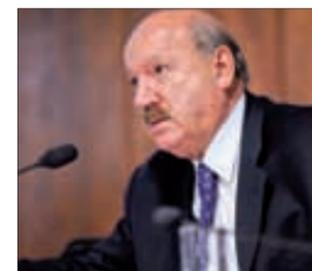
O senador explicou que, em 1994, o governo do DF reduziu a alíquota do ICMS para 7%. Em 1999, porém, o imposto foi ampliado para 12% para diversos produtos. A OAB pediu que volte a ser de 7%. Rolleberg opinou que o ideal seria não haver a cobrança de impostos estaduais sobre a cesta básica, mas para isso seria necessária uma decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária ou uma lei aprovada no Congresso.

Projeto sobre Banco da Terra beneficia agricultor familiar

O agricultor que herdar parte de uma propriedade rural poderá passar a ter o direito de utilizar o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) para comprar a área dos outros herdeiros, segundo projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria (PLC 42/2012 — Complementar) segue para a Comissão de Agricultura.

O Banco da Terra foi criado em 1998 para financiar a criação de assentamento rural por trabalhador sem terra e por pequeno agricultor dono de área insuficiente para o sustento dele e da família, com dimensão inferior à definida no Estatuto da Terra como propriedade familiar.

As normas em vigor vedam o uso de recursos do fundo, entre outras situações, por possuidor de direito de herança. Para o relator do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC), a norma favorece a venda da propriedade a terceiros. A fragmentação, de acordo com o senador, atenta contra a política de fortalecimento da agricultura familiar. O relator apresentou emenda de redação para deixar claro, no trecho da lei a ser modificado, que o benefício não se limita a imóveis já financiados pelo Banco da Terra, como dava a entender, segundo ele, a redação aprovada na Câmara.



Relator, Luiz Henrique defende que herdeiro possa utilizar fundo

Em reunião com lideranças indígenas, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado classifica de retrocesso a ideia de transferir poderes da Funai para o Congresso

Índios cobram diálogo e criticam PEC sobre demarcação de terras

DOIS DIAS APÓS ocuparem a Câmara dos Deputados, cerca de 150 índios participaram ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado e exigiram a participação dos povos indígenas em todas as decisões parlamentares que dizem respeito aos índios. A reunião antecipou as comemorações do Dia do Índio (hoje) e abriu espaço para o diálogo entre parlamentares e lideranças de diferentes etnias.

Os índios criticam propostas como a PEC 215/2000, que tramita na Câmara e transfere ao Congresso os poderes para demarcar terras indígenas. Atualmente a responsabilidade pertence ao Executivo, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Para as lideranças, a transferência vai restringir a demarcação de terras.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), disse considerar a PEC um retrocesso e que a comissão será sempre um espaço de resistência dos povos indígenas no Congresso. A senadora garantiu que vai lutar para a manutenção dos direitos conquistados por lei.

— Não bastassem invasões ilegais de madeireiros, garimpeiros e produtores rurais em terras indígenas, os seus representantes aqui no Congresso defendem uma legislação que retira direitos constitucionais dos indígenas, inclusive o direito à terra — criticou.

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que está em curso uma grande ofensiva contra os direitos dos índios. Mesma opinião foi apresentada pelo representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa, que censurou a falta de diálogo com o Poder



Representantes de várias etnias estiveram na audiência e reivindicaram participação nas decisões de questões indígenas

Executivo com os povos.

— É lamentável que passados 500 anos, o Estado brasileiro permaneça dominado por uma única etnia, a etnia branca — disse Feitosa.

Invisíveis há 500 anos

Representante da comunidade guarani Aldeia Jaguapiru, de Mato Grosso do Sul, Suzie Silva Vito afirmou que as demandas dos índios parecem “invisíveis” para o poder público.

— A sociedade brasileira parece que não enxerga a gente. Como é triste estar sempre batendo na mesma tecla há 500 anos — afirmou.

Para o cacique Neguinho Truká, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, a ida ao Congresso representa um grito de socorro. Ele disse que representantes do agronegócio, mineradoras e grandes empreiteiras têm agido com representantes dos Três Poderes para tentar impedir o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas.

— A bancada ruralista tem amedrontado o próprio Congresso — disse Truká.

Parlamentares apoiam ocupação que gerou adiamento de comissão

Deputados e senadores manifestaram apoio à ocupação pelos índios do Plenário da Câmara, na terça-feira, e ao Abril Indígena, mobilização realizada esta semana em Brasília, com 700 lideranças.

Os parlamentares elogiaram a negociação dos índios com o presidente da Câmara, Henrique Alves, que permitiu o adiamento da instalação da comissão da PEC 215/2000.

O presidente da recém-criada Frente Parlamentar

em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), classificou a semana de “histórica”, mas cobrou mais diálogo. Índios apresentaram pensamento semelhante.

— Já posso pisar um pé aqui. Quero pisar com os dois pés — disse o líder indígena Otoniel Guarani Kaiowá.

A presidente da Funai, Marta Azevedo, e o representante do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, elogiaram a iniciativa do Congresso.

Reivindicações incluem criação de conselho e revogação de decretos

Além da PEC 215/2000, outros projetos, como a PEC 38/1999, a PEC 237/2013 e o PL 1.610/1996, também são considerados danosos pelos índios. Tratam de temas como demarcação de terras, posse dessas áreas por produtores rurais, exploração e aproveitamento de recursos minerais. Líderes indígenas reivindicam ainda a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a

revogação de portarias e decretos que ameaçam a integridade dos territórios tradicionais indígenas, como o Decreto 7.957/2013, que regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental, e a Portaria 303/2012 da AGU, sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol. Do Judiciário, os índios querem agilidade no julgamento de casos que retardam a demarcação.

Lideranças denunciam aumento de violência e omissão

Acirramento de disputas tem aumentado o número de assassinatos de índios, segundo denúncias feitas ontem na CDH. Para as lideranças, o governo se omite. Foram relatados casos de falta de proteção do Estado mesmo após notificação de ameaças. Segundo Feitosa, 50 índios são mortos anualmente no país.

— São mortes violentas, por jagunços, por policiais ou entre os próprios indígenas — disse.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Wellington Dias (PT-PI), João Capiberibe e Ana Rita cobraram urgência de medidas de combate à violência nas aldeias e se comprometeram a

trabalhar por leis de proteção.

Lindomar Terena, do Conselho dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, disse que 250 agentes da Força Nacional

de Segurança estão em Munduruku, no Vale do Rio Tapajós, para impedir resistência.

— Estamos vendo nosso povo ser exterminado a mando

até do Poder Executivo.

O cacique Júlio Macuxi, da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, denunciou mortes resultantes da demora na demarcação.

— Foram assassinadas 21 lideranças para sair a reserva Raposa Serra do Sol. Testemunhas estão sendo ameaçadas pelos jagunços. O governo tem obrigação de proteger os índios; está na Constituição.

Marta Azevedo, da Funai, reafirmou compromissos na proteção. O representante do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, disse que estão sendo firmados acordos com os estados para ampliar o policiamento.



A comissão ouviu denúncias de assassinatos e ameaças em vários estados

Viana: Brasil tem dívida enorme com os nativos

Em Plenário, Jorge Viana (PT-AC) disse que a nação brasileira tem uma dívida enorme com os índios, devendo um pedido de desculpas pelas agressões ao longo da história.

Antecipando as comemorações do Dia do Índio, ele destacou a necessidade de estabelecer direitos para que consigam manter a cultura.

— No Acre desenvolvemos um trabalho que resgatou a dignidade e o respeito à história desses povos. Mas os conflitos ainda estão em um nível que não é bom.

O senador registrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de voto de louvor para a Comissão Pró-Índio do Acre, que, segundo ele, faz um trabalho extraordinário.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou Viana e destacou a importância de os brasileiros respeitarem as próprias origens e reconhecerem os povos indígenas.

Randolfe aponta movimento contra demarcações

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) alertou para uma mobilização de representantes do agronegócio, de mineradoras, de grandes empreiteiras e do próprio governo para impedir a demarcação de terras indígenas. Em discurso na quarta-feira, o senador disse que esses grupos estão tentando reabrir e rever procedimentos de demarcações de terras indígenas já concluídos. Ele observou que mesmo havendo no Brasil apenas 363 áreas indígenas regularizadas, de um total de 1.046 existentes, a Funai não tomou providências para começar os procedimentos de demarcação.

— O principal ataque é do modelo de desenvolvimento, que vem sendo aprofundado no governo Dilma.

Além da PEC 215/2000, Randolfe criticou o Decreto 7.957/2013, que cria “instrumento estatal para repressão militarizada de manifestações de povos indígenas”.



Pedro Franco/Agência Senado



Moneira Moritz/Agência Senado

Em sabatina, indicada para missão permanente junto à ONU em Genebra admitiu que a situação dos presídios no Brasil é frágil; indicado para a Grécia discutiu repercussões da crise econômica

CRE aprova nomes para Nações Unidas e Grécia

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem duas indicações para representações brasileiras no exterior: Edgard Antonio Casciano e Regina Maria Cordeiro Dunlop para, respectivamente, embaixador do Brasil na Grécia e delegada permanente em Genebra, na Suíça. As indicações ainda devem ser votadas pelo Plenário do Senado.

Regina Maria Dunlop, caso seja confirmada como delegada em Genebra, representará o Brasil em organismos internacionais sediados na cidade, como a Organização Internacional do Trabalho e o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos.

Durante a sabatina na CRE, a indicada disse que “o Brasil admite com toda franqueza suas fragilidade” na situação dos presídios, que tem sido alvo de crítica de vários organismos internacionais, por violação aos direitos humanos. Ela mencionou “esforços que



estão sendo feitos” para superar o problema e a abertura do governo para discuti-lo em todas as instâncias.

Casciano fez um relato da crise econômica da Grécia e, na sabatina, confirmou a existência de uma onda de emigração daquele país, sobretudo de jovens desempregados, mas não em volume semelhante ao acontecido depois do fim da 2ª Guerra Mundial.

Durante a reunião, presidida

por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), houve a leitura de relatórios sobre duas outras indicações — as de Julio Glinernick Bitelli e de Douglas Wanderley de Vasconcellos para, respectivamente, as embaixadas na Tunísia e em São Cristóvão e Névis. As votações devem acontecer na próxima reunião da comissão, quinta-feira.

Drones

Os senadores aprovaram ainda a realização de audiência pública, solicitada por Ana Amélia (PP-RS), para discutir a regulamentação dos chamados drones ou veículos aéreos não tripulados (Vant). O requerimento cita informações sobre a existência de mais de 200 equipamentos em operação no Brasil, sem regulamentação.

Deverão ser convidados, entre outros, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

TCU investigará fraude com casas populares

O Plenário aprovou ontem requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que solicita auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em contratos com empresas que operam no Programa Minha Casa, Minha Vida (RQS 315/2013).

Em discurso na segunda-feira, o parlamentar citou notícia sobre esquema operado por ex-funcionários do Ministério das Cidades de fraude na construção de casas populares. Uma mesma empresa — RCA Assessoria em Controle de Obras e Serviços — estaria envolvida em todo o processo, desde o financiamento da obra até o controle de qualidade.

Capiberibe destaca avanços na habitação

Em pronunciamento na quarta-feira, João Capiberibe (PSB-AP) relatou avanços do governo do Amapá na área de habitação popular. Capiberibe afirmou que, entre 2002, quando saiu do governo, e 2011, quando o filho, Camilo Capiberibe, iniciou o mandato como governador, as ações na área de habitação foram abandonadas e recursos federais foram desperdiçados.

— Essa realidade começa a mudar com os investimentos em habitação promovidos pelo governo do Amapá com a construção de diversos conjuntos residenciais — afirmou.

O senador explicou que o déficit habitacional do Amapá é de pouco mais de 25 mil



Senador relata iniciativas do governo do Amapá na área de habitação

moradias. Capiberibe informou que, até 2014, mais de 10 mil unidades serão entregues somente em Macapá.

— Todo esse esforço do governo do Amapá está sendo realizado graças ao apoio da presidente Dilma Rousseff, que tem reconhecido o trabalho, a austeridade e a seriedade do governo estadual no trato com os recursos públicos — concluiu.



Presidente da Comissão, deputado Cândido Vaccarezza espera rapidez na análise da matéria

Arthur Monteiro/Agência Senado

Regras para domésticas devem ser votadas na quinta

A Comissão Mista de Consolidação das Leis deve votar na quinta-feira a regulamentação dos novos direitos dos empregados domésticos garantidos pela Emenda Constitucional 72/2013. De acordo com o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o trabalho intenso dos parlamentares permitirá apresentar o texto antes de 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho.

O presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que o texto será apresentado alguns dias antes da reunião, para que os parlamentares possam debater na quinta. A votação, em si, ainda depende de como os membros da comissão reagirão à proposta.

— Se não houver muita divergência, o meu desejo é definir na quinta-feira [dia 25] a regulamentação do

trabalho doméstico — disse Vaccarezza.

Na semana passada, Jucá comentou algumas propostas, como a redução da multa do FGTS de 40% para 10%, no caso do emprego doméstico, mas nenhuma regra foi confirmada. Os parlamentares também analisam a criação de um Supersimples Doméstico para facilitar o pagamento dos encargos pelos empregadores.

Jucá destacou outros pontos que ainda precisam ser definidos, como os aspectos burocráticos de recolhimento, o peso do encargo financeiro e o regime de trabalho. Em relação ao último item, é necessário definir as regras para os trabalhadores que dormem no emprego, o trabalho em viagens, os turnos com mais de oito horas e a substituição provisória de trabalhadores.

Comissão começa a distribuir temas em sub-relatórios

A Comissão Mista de Consolidação das Leis, instalada no início de abril, iniciou na reunião de ontem a divisão do trabalho em sub-relatórios. A distribuição ainda poderá ser modificada, já que nem todos os parlamentares foram ouvidos e alguns temas ainda não foram atribuídos aos sub-relatores.

Além da regulamentação do trabalho doméstico, primeira tarefa que o grupo pretende executar, estima-se que haja mais 117 dispositivos da Constituição

federal que precisam ser regulamentados.

— É um trabalho árduo, nós temos mais de cem dispositivos que precisam ser regulamentados — explicou o senador Romero Jucá.

Além de regulamentar a constituição, a comissão trabalha com a tarefa de consolidar as leis e de tornar sem efeito leis obsoletas. De acordo com Jucá, a comissão deve ter o prazo inicial de 180 dias prorrogado. A estimativa do senador é de que os trabalhos se estendam por dois anos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Principal problema da saúde é o subfinanciamento, dizem secretários

Em debate, eles afirmaram que verbas da União não acompanham a quantidade de serviços oferecidos e pediram novas fontes de recursos

O MAIOR PROBLEMA do sistema de saúde do Brasil é o subfinanciamento do setor e não apenas os aspectos relacionados à gestão, afirmou o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso.

Em audiência pública na comissão temporária destinada a propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil, ele disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta dificuldades financeiras desde a criação, uma vez que foi instituído no período pós-ditadura, em que havia instabilidade econômica, com o objetivo de atender de forma universal, integral e gratuita. Os problemas se aprofundaram, segundo Frutuoso, com a menor participação da União nos gastos do setor e o consequente aumento das responsabilidades dos municípios.

Apesar de reconhecer a existência de outros desafios a serem vencidos, como os relacionados a recursos humanos, modelo institucional, controle social, entre outros, o secretário afirmou que os recursos da União não aumentaram proporcionalmente à quantidade



Senadores Paulo Davim e Humberto Costa (2º e 3º à esq.) com os debatedores Rodrigo Lacerda (E) e Jurandi Frutuoso

de serviços oferecidos e ao número de pessoas atendidas.

De acordo com a Emenda Constitucional 29/2000, explicou, a União deve aplicar em saúde o valor comprometido no Orçamento no ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB); os estados devem investir 12% da receita e os municípios, 15%. Porém, ele ressaltou que a União aplica no setor um montante menor a cada ano, enquanto o investimento médio dos municípios é superior a 20% das receitas, um percentual maior que a exigência legal.

O subfinanciamento da área da saúde também foi

destacado pelo representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e secretário municipal de Saúde de Formosa (GO), Rodrigo César Faleiro de Lacerda. Segundo ele, o problema de falta de recursos é "claro e visível", mas os gestores são pressionados a prestar atendimento em razão de processos judiciais e pela ação da mídia. Para ele, é necessária a instituição de novas fontes de financiamento.

— Como vamos distribuir recursos do SUS, vamos priorizar o que dentro de um sistema que é universal e integral a todos os cidadãos no Brasil? Se nós não tivermos recurso

novo, financiamento novo, para que a gente possa fazer uma proposta que leve em conta as necessidades de saúde do cidadão, estamos diante de uma situação que não sabemos como resolver — ressaltou.

Interfederativa

Ele observou ainda que o atual quadro poderá se agravar, uma vez que vem aumentando o número de idosos e, naturalmente, das doenças crônicas relativas à idade. E defendeu um modelo de saúde básica interfederativa, que trate as necessidades da população e não apenas atenda as pessoas em situação de urgência ou emergência.

Relator analisa a possibilidade de um sistema híbrido

O relator da comissão temporária, Humberto Costa (PT-PE), afirmou que, em no máximo dois meses, a proposta a ser elaborada pela subcomissão poderá começar a tramitar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador ponderou sobre a possibilidade de criação de um sistema híbrido de saúde, em que a rede complementar ofereça

serviços aos usuários do SUS. Humberto ressaltou que, atualmente, o sistema público complementa o atendimento aos usuários de planos de saúde, especialmente o atendimento de alta complexidade, medicamentos de alto custo e transplantes. Na avaliação do senador, os planos poderiam também oferecer a estrutura para atendimentos de urgência

e exames para diagnósticos, por exemplo. Para Jurandi Frutuoso, os sistemas públicos são mais eficientes e sempre ofereceram melhor resposta à demanda da população. Ele disse que o sistema sugerido por Humberto vai requerer uma legislação eficiente, que defina a destinação prioritária dos investimentos públicos.

Vice-presidente da comissão,

Paulo Davim (PV-RN) disse lamentar que a regulamentação da Emenda Constitucional 29/2000 não tenha previsto a aplicação de 10% do Orçamento em saúde. O senador observou que são transferidas aos municípios responsabilidades no atendimento à saúde, sem a proporcional transferência de recursos. Ele propôs discutir novas fontes de financiamento.

Audiência destaca necessidade de lei nacional para incêndios

A Comissão Temporária de Prevenção e Combate a Incêndios fez ontem a segunda audiência a fim de colher informações para o relatório final. Entre os problemas apontados, está a falta de padronização nacional das normas de segurança. Segundo a representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Helena Rego, existem 27 normas diferentes, uma para cada estado.

— Dificulta para o empresário, para o poder público e para o bombeiro. Dificulta até para a população, na hora de cobrar do empresário que ele cumpra os critérios — afirmou.

A representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Cristina Villanova, afirmou que em 2011 foi elaborada uma diretriz para licenciamentos, com classificações dos riscos. Segundo ela, um grupo de diversos ministérios trabalha para propor, em até 90 dias, a minuta do código nacional de segurança contra incêndio.

A presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), cogitou parceria com o governo porque os objetivos estão próximos do que os senadores querem.

O presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar,

tenente-coronel José Carlos Guimarães, apontou problemas com a formação dos bombeiros e enfatizou a urgência de autonomia administrativa.

O major do Corpo de

Bombeiros de São Paulo Adilson Antonio da Silva relatou experiência em escolas e defendeu uma cultura preventiva na grade curricular. José Carlos Guimarães ressaltou a

Collor acusa governo de Alagoas de tratar com descaso a saúde

Fernando Collor (PTB-AL) acusou o governo de Alagoas de tratar com descaso a saúde pública. Para ele, a situação chegou ao limite e são recorrentes as notícias sobre a "total incapacidade da gestão" na prestação de serviços para a população nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Collor informou que teve início ontem o movimento Jornada de Luta em Defesa de Alagoas.

— Daqui, a minha solidariedade com todos aqueles que não perderam a capacidade de se indignar — afirmou, direcionando as críticas ao governador Teotonio Vilela Filho.

Humberto Costa comenta suposto oligopólio do remédio

Humberto Costa (PT-PE) comentou denúncia do governo de Pernambuco sobre a existência de oligopólio entre os fornecedores de medicamentos, que dificulta e encarece a compra de remédios que são distribuídos a pacientes com doenças crônicas e raras.

Segundo ele, os fornecedores estariam esvaziando as licitações para forçar o governo a, após algumas tentativas, dispensar o certame. Só então as empresas apareceriam oferecendo os remédios a preços altos.

— E o pior é que esse tipo de problema atinge todo o Nordeste. Segundo o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, a reclamação tem sido recorrente na região — afirmou.



Presidente da comissão, Ana Amélia (C) conduz debate com Adilson Silva, José Guimarães, Cristina Villanova e Helena Rego



Paulo Paim, relator do estatuto, considerou a votação histórica

Senadores exaltam aprovação de lei para a juventude

Ana Rita (PT-ES) e Paulo Paim (PT-RS) comemoraram a aprovação do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), terça-feira no Plenário.

Segundo a senadora, o texto beneficiará mais de 53 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos, faixa etária em que, explicou, encontra-se a parte da população mais atingida pelo desemprego, evasão escolar e falta de acesso à formação profissional.

Ela afirmou que é também esse grupo o mais vulnerável em relação a homicídios, envolvimento com drogas e criminalidade em geral.

Ana Rita lembrou que a aprovação do estatuto é reivindicada há anos por movimentos juvenis e gestores de políticas públicas de juventude.

— Há nove anos aguardamos a ampliação dos direitos juvenis, sendo essa uma prioridade da Secretaria Nacional de Juventude e uma das principais pautas das conferências realizadas em 2008 e 2011 — disse.

Já Paulo Paim classificou de histórica a votação, já que, agora, a juventude passa a ser considerada política permanente de Estado.

Autor do substitutivo aprovado, o senador afirmou que o texto final foi resultado do debate e da participação não apenas de parlamentares, mas também de 80 entidades de jovens de todo o país.

Paim agradeceu a todos pelo empenho na discussão e na aprovação da matéria.

— Temos que nos render à sabedoria desta Casa, dos senadores, independente de suas posições ideológicas, políticas e partidárias, aqui todos somaram para que o Estatuto fosse aprovado — disse, lembrando o apoio do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que encaminhou a discussão dentro do governo.

Paim comparou a aprovação a momentos históricos, como a libertação dos escravos, a Lei do Divórcio, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a PEC das Domésticas.

Iniciativa que altera o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo segue para o Plenário. Segundo o relator, Gim, a maioria dos cargos destina-se às áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura e regulação

Comissão aprova criação de quase 7 mil cargos públicos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que cria cerca de 7 mil cargos públicos federais de provimento efetivo, a serem preenchidos por meio de concurso público. A iniciativa altera o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Segundo o relator do PLC 126/2012, Gim (PTB-DF), a maioria dos cargos destina-se às áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura e regulação.

— São áreas carentes e estratégicas, que indicam as prioridades do Estado com vistas ao incremento do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento econômico — avaliou.

O senador considerou “infundadas” críticas sobre um “suposto inchaço” da máquina administrativa.

—A relação servidor público/população no Brasil é uma das menores se comparada a de países com o mesmo ou superior grau de desenvolvimento — afirmou.

Gim ressaltou o fato de todos os cargos propostos só poderem ser preenchidos por concurso público, “o que faculta acesso universal e em igualdade de condições a todos, em homenagem ao mérito daqueles que logram ser aprovados em certames



Gim (E), relator do projeto, e Vital do Rêgo, presidente da CCJ, durante reunião

cada vez mais competitivos e difíceis”. Destacou ainda que a ampliação do quadro de pessoal efetivo do governo federal segue orientação dos órgãos de controle interno e externo, que defendem a substituição de contratações precárias, como terceirizações, prestação de serviços e contratações temporárias, pela admissão de servidores concursados, com vínculo efetivo com o Estado.

Por fim, Gim elogiou dispositivo do PLC 126/2012 determinando que os cargos propostos sejam ocupados de forma gradual e de acordo com autorização expressa

no Orçamento da União. O impacto financeiro de criação dos novos postos foi estimado em R\$ 484 milhões. O início do preenchimento gradual está previsto para 2014.

Como o projeto não foi alterado, seguirá para o Plenário com requerimento solicitando votação em regime de urgência. Se aprovado, o texto será encaminhado para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Autor do pedido de análise urgente, o senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que a matéria é fundamental para estruturar a máquina pública federal.

Plenário analisará funções criadas por TRT

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a convalidação de 479 funções comissionadas criadas, por via administrativa, pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, com sede em Goiânia. A matéria (PLC 51/2012) recebeu parecer favorável do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), que pediu a votação em regime de urgência pelo Plenário.

Moka afirmou que a regularização não vai gerar novos gastos públicos, garantindo,

entretanto, “segurança jurídica” para as relações funcionais já estabelecidas.

— Os respectivos gastos, ano a ano, constam da proposta orçamentária do tribunal — disse.

A aprovação de um projeto de lei para ratificar a criação destas funções comissionadas foi recomendada tanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A providência é reforçada ainda por resolução de 2002 do Tribunal Superior do Trabalho

(TST), que veda a criação de função comissionada ou a sua transformação, com elevação ou redução de nível, por via administrativa. A presunção de boa-fé do TRT da 18ª Região na criação das funções, no entanto, foi atestada pelo CNJ ao ressaltar que a medida se deu numa época em que prevalecia o entendimento de que, além de não ser necessária edição de lei, ato administrativo nesse sentido se enquadrava na autonomia conferida aos tribunais pela Constituição.

Dedução de aluguel e prestação de imóvel

A CCJ aprovou ainda projeto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que possibilita a dedução de despesas com aluguel residencial do Imposto de Renda (PLS 316/2007). Emendas apresentadas pelo relator, Benedito de Lira (PP-AL), estenderam o alcance da medida para as prestações de financiamento



Lúcia Vânia, autora do projeto de dedução de despesas com aluguel residencial

habitacional. Benedito fez ajustes em emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao PLS 317/2008 — que tramitava em conjunto com o PLS 316/2007, mas foi rejeitado pelo relator — e inseriu teto de R\$ 20 mil para dedução das despesas. Seja com prestação da casa própria, seja com aluguel, o

gasto dedutível deve se restringir a um único imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte. “É imperioso cuidar para que a dedução não venha a beneficiar, principalmente, os declarantes de mais alta renda”, ponderou.

A matéria será votada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de seguir para a de Assuntos Econômicos (CAE).



Para o senador, proposta conta com expressivo apoio popular

Magno e Aloysio querem redução da maioria penal

Os senadores Magno Malta (PR-ES) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) defenderam, em discursos no Plenário, a redução da maioria penal.

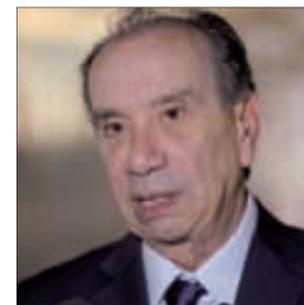
Malta afirmou que o governo terá dificuldade em derrubar no Congresso projetos que tenham esse objetivo. Ele argumentou que a proposta tem expressivo apoio popular.

O senador pediu a Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão que estuda alterações no Código Penal, que leve todos os projetos que sugerem a redução para discussão no colegiado.

Um deles, de sua autoria, determina que a responsabilização por crime hediondo seja feita independentemente da idade. Ele sugeriu a criação de centros de reeducação esportiva para os jovens infratores.

Já Aloysio Nunes afirmou que o tema deverá ser debatido sem preconceito e com coragem para que se possa encontrar uma solução que atenda a sociedade. O senador é autor de uma proposta de emenda à Constituição que ele considera um “caminho do meio”. Mantém a regra geral da imputabilidade a partir dos 18 anos de idade, e a altera somente para atender circunstâncias excepcionais, a serem apuradas num juízo próprio, perante a vara da infância e da juventude.

Um juiz avaliaria, mediante exames criteriosos e laudos técnicos de especialistas, se a pessoa que cometeu o ato infracional tinha pleno discernimento para julgar o caráter criminoso do que fez. Em caso afirmativo, o juiz poderia decretar a sua imputabilidade e aplicar a ele a lei penal.



Aloysio Nunes defende debate sem preconceito e com coragem